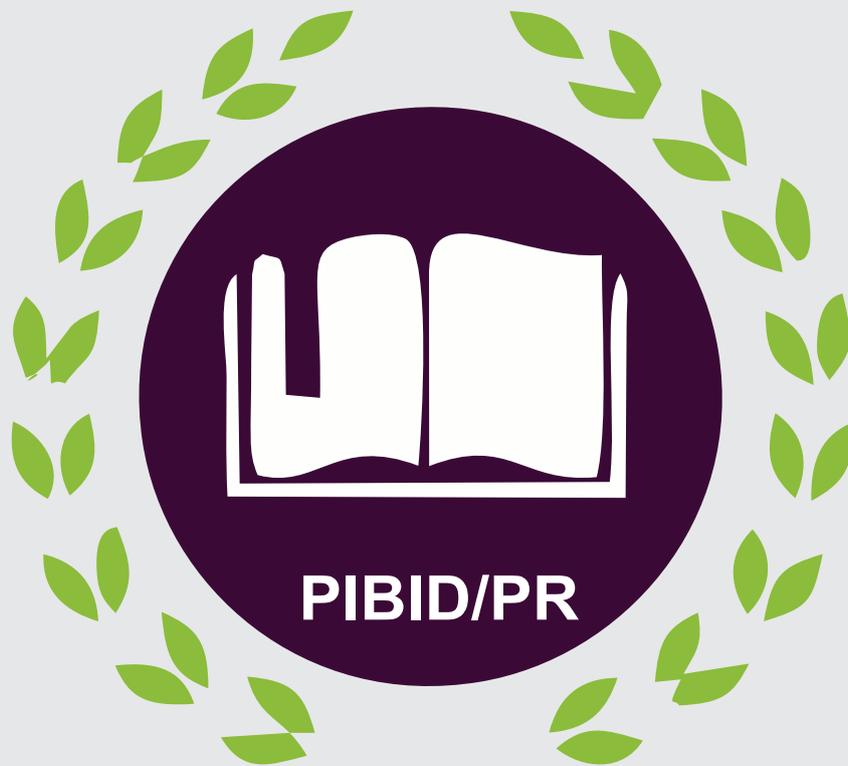


II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

CLASSES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESULTADOS PRELIMINARES DE ESTUDO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR

André Duarte¹
Sidemar Presotto Nunes²
David Meloto Duarte Junior³
Fernando Domingues de Oliveira⁴

Resumo: Compreender a realidade dos educandos a partir do conceito de classe tem sido um desafio para a Escola Estadual do Campo Santa Inês, principalmente dentro da proposta de Educação do Campo, que tem se proposto a implementar. Identificar e reconhecer a diversidade e origem histórica dos educandos pode levar a uma perspectiva multicultural, que pode não passar apenas do reconhecimento das diversidades, ignorando a classe a que pertencemos. No entanto, não há como identificar as classes que os educandos pertencem, sem que haja uma aproximação com a realidade dos sujeitos do campo, o que se buscou através do Pibid na escola.
Palavras-chave: Classes sociais. Educação do Campo. Multiculturalismo.

Introdução:

Este artigo resultou de trabalho realizado na área de abrangência do Colégio Estadual do Campo Santa Inês, em Chopinzinho – PR, onde o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Dois Vizinhos, desenvolve o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid.

O objetivo do trabalho foi conhecer a realidade dos estudantes da escola, que tem se proposto a desenvolver a “educação do campo”. O estudo foi realizado em cerca de 20 “comunidades rurais” do município de Chopinzinho, organizadas em 5 setores que centralizam as comunidades, onde residem aproximadamente 160 alunos do referido colégio.

A escola está localizada no Sudoeste do Paraná. Até os anos 1940 a região era ocupada por indígenas e caboclos. Em seguida, passou a ser ocupada por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, incentivados por um programa público de colonização. Os primeiros a chegar à região, até meados dos anos 50, tornaram-se

¹ Acadêmico do 8º Período do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Dois Vizinhos. Bolsista Pibid. E-mail: andrecoronelvivida@hotmail.com

² Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos. Coordenador de área do Pibid. E-mail: sidemarnunes@hotmail.com

³ Acadêmico do 2º Período do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Dois Vizinhos. Bolsista Pibid. E-mail: david-coronelvivida@hotmail.com

⁴ Acadêmico do 2º Período do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Dois Vizinhos. Bolsista Pibid.

proprietários de terras. O segundo grupo, que chegou após meados daquela década, constituíram-se como não proprietários, pois a região já estava toda ocupada, e se estabeleceram ou caracterizaram como força de trabalho aos proprietários, na forma de agregados (trabalhadores temporários que residem na área do empregador) ou arrendatários.

Com o avanço da mecanização da agricultura a partir do início dos anos 70, os não proprietários foram os primeiros a migrar, pois já não cumpriam mais com o papel de fornecer força de trabalho aos proprietários, seguido, mais tarde, dos proprietários de pequenas áreas que se tornaram economicamente inviáveis. Nesse período houve queda na população da região. Além de migrar para os grandes centros urbanos, uma parte destes se engajou em movimentos de luta pela terra, vindos também de outras regiões, resultando nos primeiros assentamentos da reforma agrária, a partir do final dos anos 80. Nos anos 90, a região também recebeu reassentamentos de atingidos por barragens, contribuindo para reconfigurar a estrutura fundiária local.

Nos anos 2000, com a ampliação da industrialização na região e mudanças nos sistemas de transporte e comunicação, surge o assalariamento no campo e a formação de uma classe de trabalhadores para as indústrias e na própria agricultura, que ao invés de migrar continuam no campo, mesmo que apenas na condição de residência. Nesta classe se encontram os assalariados puros (que não possuem nenhum meio de produção, apenas vendem a força de trabalho) e os semi-assalariados (que possuem pequenas áreas, produzem para a subsistência e vendem o excedente). O assalariamento ocorre também entre membros da família de pequenos produtores de reprodução simples do capital, que são aqueles que não conseguem acumular capital através da compra de terras e máquinas, e os indígenas em processo de proletarização.

Resultados:

As classes fundamentais do capitalismo são a burguesia e o proletariado. Entre estas classes há um grupo intermediário: a pequena burguesia, que tende à proletarização em função da concorrência com o grande capital. Alves e Rocha (2010) afirmam que, no Brasil, cerca de 22 mil estabelecimentos agropecuários produzem 51% do VBP (Valor Bruto da Produção); 424 mil produzem 34%; 975 mil produzem 11% e 3,8 milhões produzem 4%, revelando as frações de classe no campo. Além destes há os assalariados temporários e permanentes, que juntos são aproximadamente 4,6 milhões de pessoas.

Nas comunidades atendidas pelo Colégio, os grandes empresários capitalistas são predominantemente proprietários de terras com grandes áreas e que se destinam à produção de bovinos de corte e também não atuam exclusivamente na agricultura. As áreas estão localizadas nas proximidades dos lagos do Iguaçu. Os filhos destes empresários não estudam no referido Colégio.

No que se refere aos estudantes do Colégio, as classes sociais são as seguintes:

Pequena burguesia

1) *Proprietários pequenos/medianos com reprodução ampliada do capital.* Estes conseguem acumular capital através da aquisição de terras e máquinas. A maioria produz cereais. Possuem acima de 50 hectares de área e arrendam outras áreas para o cultivo de grãos (maioria de familiares, mas também de pequenos proprietários), possuem máquinas próprias, muitos se associam com familiares para otimizar máquinas e reduzir custos (tratores, implementos agrícolas e colheitadeiras), contratam trabalhadores temporários e há perspectiva de permanência dos jovens no campo. Aos filhos, o ensino superior é um desejo para uns, mas não é para outros, pois possuem a perspectiva de se manter na atividade agrícola com ganhos iguais ou superiores aos trabalhadores assalariados qualificados.

2) *Pequenos proprietários com reprodução simples do capital.* Não possuem perspectiva de atingir a reprodução ampliada do capital através da aquisição de terras e máquinas, pois tendem a gastar a maior parte do que ganham com itens de subsistência (MARX, 1994). A maioria produz leite, além de cereais. Possuem entre 10 a 24 hectares, mas alguns casos pode chegar ao dobro desta área e permanecer no nível de reprodução simples. A terra é obtida por herança, compra, assentamento ou reassentamento. Possuem algumas máquinas, mas dependem muito da terceirização. O ensino superior é um desejo/necessidade para os filhos dos agricultores, pois tem consciência de que se encontram no nível de reprodução simples do capital e poucas possibilidades de atingir o nível de reprodução ampliada. Ou seja, sabem que a condição social tende empurrá-los ao trabalho assalariado.

Os programas de crédito subsidiado e habitação rural, dentre outros, melhoram a condição social desta classe social, pois funcionam como ganhos indiretos (o programa de habitação rural do governo federal, por exemplo, subsidia mais de 90% do valor da casa construída para pequenos proprietários). As aposentadorias rurais também cumprem com papel semelhante, como seguridade social e transferem anualmente valores bastante superiores aos arrecadados aos segurados especiais – no caso, pequenos

agricultores, não funcionando somente como seguro social, que é o que ocorre com os trabalhadores assalariados de forma geral.

Assalariados

1) *Semi-assalariados*. São proprietários de pequenas áreas, maioria menores que 10 hectares, onde residem na maioria das vezes mais de uma família, podendo chegar a três ou quatro. Não conseguem sobreviver da atividade agrícola (nem sequer atingem o nível de reprodução simples do capital). Produzem para o consumo familiar e também produzem leite para comercializar, mas devido à baixa escala de produção e quantidade de capital tendem a não permanecer na atividade por muito tempo. Vendem a força de trabalho (permanente ou temporários) aos primeiros grupos citados, mas também trabalham em indústrias do município e municípios vizinhos.

2) *Assalariados*. Não possuem propriedade fundiária ou posse de outros meios de produção. Há quatro vilas de assalariados na região da escola, uma das quais possui 23 famílias, a grande maioria com algum grau de parentesco, além dos dispersos, que não fazem parte de um grupo de trabalhadores que reside na mesma área. Residem próximo à rodovias, beira de rios e áreas públicas. São assalariados permanentes e temporários. Os permanentes possuem empregos urbanos em indústrias de Pato Branco, São João e Chopinzinho e outros trabalham para proprietários de terras do entorno. Os temporários trabalham como diaristas para proprietários grandes ou medianos na roçada de pastagens, reparo de cercas, manejo de animais ou em determinadas fases do ciclo produtivo (colheita e plantio). Estes assalariados não possuem os benefícios que possuem os pequenos proprietários, como crédito agrícola e construção de casas subsidiadas. Aos olhos das políticas é uma classe social invisível, embora sejam numerosos e muitos em condições de extrema pobreza (visitou-se, por exemplo, uma família que vivia à beira do rio em casa feita de madeira de reaproveitamento e de chão batido - sem assoalho).

E os indígenas?

Há nas comunidades e no próprio Colégio, indígenas de duas etnias: Kaingangues e Guaranis. Estes não são propriamente uma classe social, mas um agrupamento social, que tendem a pertencer às classes sociais acima identificadas. De forma geral, vivem de uma pequena produção agrícola (individual ou coletiva), artesanato comercializado na beira das rodovias e cidades do entorno. Há, no entanto, um rápido processo de assalariamento. Muitos vendem a força de trabalho em indústrias de doces, frigoríficos e indústrias de fogões, assim como os semi-assalariados e assalariados do entorno. É

necessário, no entanto, aprofundar esta análise, em função de seu grau de complexidade (se constituem em uma nação; tem histórias distintas; possuem algum grau de autonomia, mas também de tutela do Estado, etc.).

Considerações finais:

Em que pese à tendência de homogeneização do campo em torno da noção de "agricultura familiar", principalmente no Sudoeste do Paraná, que seria aparentemente constituída quase exclusivamente pelo pequeno proprietário fundiário, o conceito de CLASSE SOCIAL é extremamente útil para compreender o campo hoje.

Desta forma, nos permite também se contrapor a posições políticas multiculturalistas, que reconhecem a diversidade de grupos sociais existentes no campo (sem utilizar o conceito de classe social), mas ficando apenas na proposição do reconhecimento destas diversidades, onde cada qual deva ser valorizado pelas suas diferenças, estas perspectivas costumam negar a contradição e os interesses comuns das classes.

Os resultados permitem identificar que o campo não é homogêneo, pois nele se encontram classes sociais com interesses distintos. Também não é fixo, pois as relações de produção estão em constante mudança. O campo não é, portanto, homogêneo e nem fixo no tempo. A educação do campo deve procurar compreender a historicidade, o movimento da sociedade e a existência das classes para não cair no multiculturalismo.

676

Referências Bibliográficas:

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. **Ganhar tempo é possível?** In: GASQUEZ, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.

MARX, Karl. Reprodução Simples. In: **O Capital** (volume 2, capítulo XXI). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.